



A VIRTUDE DOS JORNAIS

THE VIRTUE OF NEWSPAPERS

José Raimundo Gomes da Cruz¹

RESUMO:

O presente artigo analisa a importância dos jornais e outros periódicos e a predominância dos conceitos sérios sobre sua virtude e a ironia de seu desvirtuamento.

Com a análise de grandes obras da literatura mundial, o autor busca enfatizar a origem de muitas delas nas páginas jornalísticas, demonstrando como o jornal persiste como o mais tradicional meio de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Jornais. Meios de Comunicação. Credibilidade do Público. Direito. Literatura

ABSTRACT:

This article analyzes the importance of newspapers and other periodicals and the predominance of serious concepts about their virtue and the irony of their misrepresentation.

By analyzing major works of world literature, the author seeks to emphasize the origin of many of them in journalistic pages, demonstrating how the newspaper persists as the most traditional means of communication.

KEY WORDS: Newspapers. Media Credibility. Law. Literature

“A moral denuncia o flagelo dos estados totalitários que falsificam sistematicamente a verdade, exercem através dos meios de comunicação uma dominação política da opinião, ‘manipulam’ os acusados e as testemunhas de processos públicos e imaginam assegurar sua tirania detendo e reprimindo tudo o que consideram como ‘delitos de opinião’.”

¹ Titular da Academia Paulista de Direito – Cadeira Alfredo de Araújo Lopes da Costa. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo. Procurador de Justiça do Estado de São Paulo aposentado, escritor.



(*Catecismo da Igreja Católica. n. 2499, p. 558*)

“Para Néstor, como para mim, Havana foi uma surpresa. Mas se eu era de uma cidadezinha pobre, Néstor vinha de Barcelona, e a surpresa dele foi um assombro. Assombravam-no... a quantidade de jornais e a profusão de revistas”

(*Guillermo Cabrera Infante. Cinema ou Sardinha. Parte I. Rio de Janeiro : Gryphus, 2013. p. 131*)

Sob o ponto de vista histórico, os jornais e outros periódicos assumiram sua grande importância recentemente: “Parece amplamente justificada a conclusão de que a invenção da imprensa não teve outro resultado senão contribuir em pequena medida para expandir e acelerar o movimento renascentista... os benefícios dessa invenção só se fizeram sentir depois de finda a Renascença.” (Edward McNall Burns. *História da Civilização Ocidental*. 20. ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1977. v. 1. p. 395)

Se se examinarem os verbetes *imprensa, jornalismo e jornalista*, nas principais coleções de citações, predominarão os conceitos sérios sobre sua virtude, não faltando, contudo, a ironia contra seu desvirtuamento. Jamais convém esquecer que a virtude da verdade levada ao exagero inspirou a Molière o imortal personagem de *O Misanthropo*, do mesmo modo que o desvirtuamento da fé religiosa gerou *O Tartufo* ou *o falso devoto*. E mesmo a bondade em excesso sugeriu a Dostoiévski o romance *O Idiota*.

Da citação de Burns se extrai, com a maior facilidade, a modernidade da imprensa e dos seus produtos mais característicos: o jornal e outros periódicos. Sem dúvida, livros dividem-se em muitas categorias – técnicos, científicos, didáticos, filosóficos, históricos, de memórias, de ficção, poesia etc. O noticiário moderno, porém, concentrou-se nos periódicos impressos, especialmente nos jornais diários.

Grandes obras literárias saíram das páginas dos jornais: *J'accuse!*, de Zola, na luta contra o preconceito racial no Caso Dreyfus; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, na contenda com o povoado rebelde de Canudos.

“Na finca” – em Cuba, Hemingway, segundo seu biógrafo A. E. Hotchner – “era assinante regular de *Harper's, Atlantic Monthly, Holiday, Field & Stream, Sports Afield, True, Time, Newsweek* e *The Southern Jesuit*; duas publicações inglesas, *Sport*



and Country e *The Field*, uma revista *jai-alai* mexicana, *Cancha* – bem como numerosos semanários italianos e espanhóis.” (*Papá Hemingway*. Trad. Brenno Silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 154). Acompanhar o autor de “*Por quem os sinos dobram*”, “a uma banca de revistas, constituía uma experiência única. Ele percorria cuidadosamente as prateleiras de revistas expostas e escolhia quase tudo... Levava vinte ou mais revistas, mas, o que era ainda mais surpreendente, lia-as de veras, discutindo, depois, o seu conteúdo. Quiosques espanhóis, franceses e italianos mereciam igualmente sua atenção.” (ob. cit., pp. 153/154)

A propósito do *uso dos meios de comunicação social*, a doutrina de fé e moral cristãs destaca: “Na sociedade moderna, os meios de comunicação social exercem um papel primordial na informação, na promoção cultural e na formação. O papel cresce, em razão dos avanços técnicos, com a amplitude e diversidade das notícias transmitidas, com a influência exercida sobre a opinião pública.” (*Catecismo da Igreja Católica*. Petrópolis/São Paulo: Vozes, Paulus, Paulinas, Loyola e Ave-Maria. 1992. n. 2493, pp. 557/558).

O jornal persiste como o mais tradicional meio de comunicação social. Em forma gráfica, a reminiscência do *jornal* diário não é mais exclusiva, diante das revistas, semanais ou até mensais, e mesmo semanários em forma de jornal. O jornal de distribuição gratuita *Metronews* não guarda relação com o Metrô. Em Ottawa, Canadá, por exemplo, onde não existe tal meio de transporte, circula o *Metronews* local. Outra forma consiste no noticiário radiofônico, tendo ficado famoso, na *era do rádio*, entre nós, o *Repórter Esso*. Com a TV, o jornal se enriquece com a reportagem ao vivo ou em gravação até a cores.

Nova recomendação do *Catecismo da Igreja Católica*:

“A informação dos meios de comunicação social está a serviço do bem comum. A sociedade tem direito a uma informação fundada sobre a verdade, a justiça e a solidariedade: O correto exercício desse direito exige que a comunicação seja, quanto ao objeto, sempre verídica e completa – dentro do respeito às exigências da justiça e da caridade, que ela seja, quanto ao modo, honesta e conveniente, quer dizer



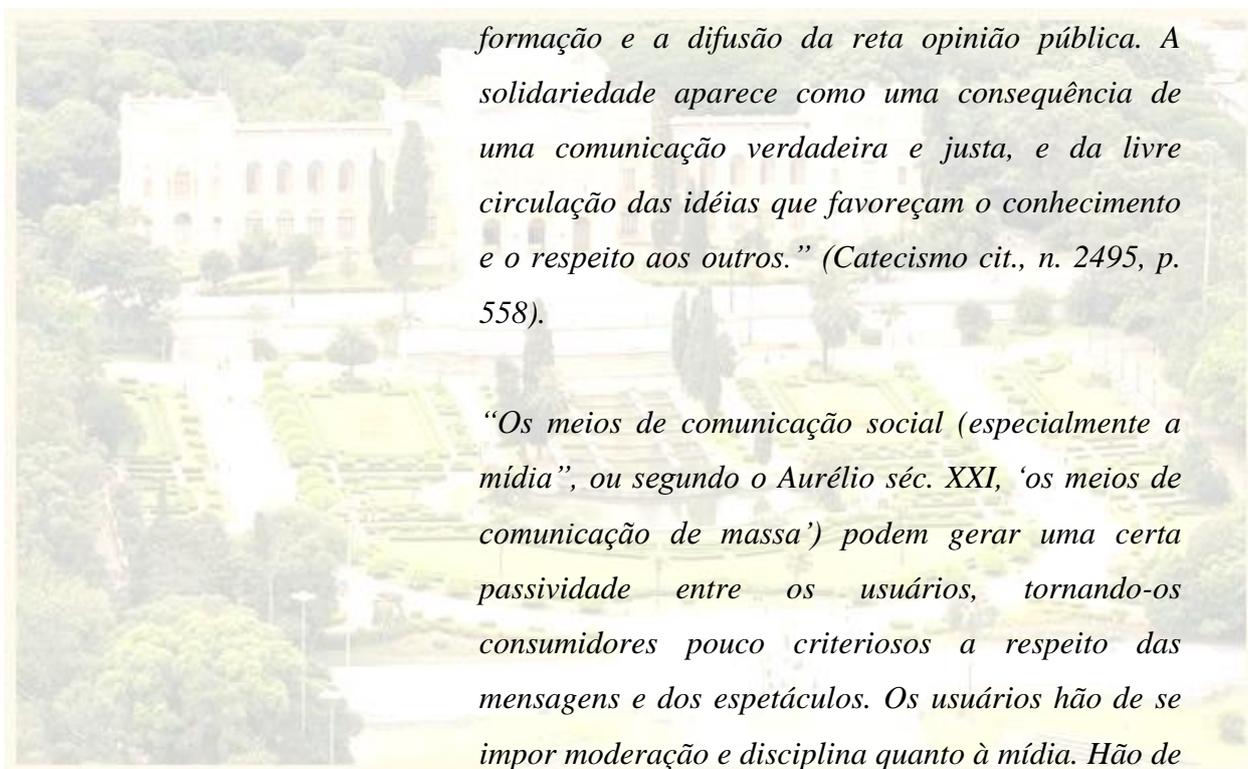
que na aquisição e difusão das notícias observe absolutamente as leis morais, os direitos e a dignidade do homem.” (n. 2494, p. 558).

Deveres gerais:

“É indispensável que todos os membros da sociedade cumpram também neste particular os deveres de justiça e verdade. Não de empregar os meios de comunicação social para cooperarem para a formação e a difusão da reta opinião pública. A solidariedade aparece como uma consequência de uma comunicação verdadeira e justa, e da livre circulação das idéias que favoreçam o conhecimento e o respeito aos outros.” (Catecismo cit., n. 2495, p. 558).

“Os meios de comunicação social (especialmente a mídia”, ou segundo o Aurélio séc. XXI, ‘os meios de comunicação de massa’) podem gerar uma certa passividade entre os usuários, tornando-os consumidores pouco criteriosos a respeito das mensagens e dos espetáculos. Os usuários não de se impor moderação e disciplina quanto à mídia. Não de formar em si uma consciência esclarecida e correta para resistirem mais facilmente às influências menos honestas”. (Catecismo cit, n. 2496, p. 558)

“Devido a sua profissão na imprensa, seus responsáveis têm a obrigação, na difusão da informação, de servir a verdade e não ofender a caridade. Não de se esforçar por respeitar, com igual cuidado, a natureza dos fatos e os limites do juízo





crítico das pessoas. Devem evitar ceder à difamação.” (Catecismo cit., n. 2497, p. 558)

“Cabem às autoridades civis deveres especiais em razão do bem comum. Os poderes públicos devem defender e proteger a verdadeira e justa liberdade de informação’. Publicando leis e cuidando de sua aplicação, os poderes públicos cuidarão que o mau uso dos meios de comunicação não ‘cause graves prejuízos aos costumes públicos e aos progressos da sociedade’. Estabelecerão sanções contra a violação dos direitos de cada pessoa à reputação e ao segredo da vida privada. Darão no momento oportuno e honestamente as informações que respeitam ao bem comum e respondem às inquietações fundadas da população. Nada pode justificar o recurso a falsas informações para se manipular a opinião pública pelos meios de comunicação. Essas intervenções não ferirão a liberdade dos indivíduos e dos grupos.” (Catecismo cit., n. 2498, p. 558).

O papel dos jornais deixa de relacionar-se com a figura de retórica quanto ao veículo, como revelava a manchete do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 31/8/2010: **JORNAL DO BRASIL CIRCULA EM PAPEL PELA ÚLTIMA VEZ.**

A leitura do texto assinado por Márcia Vieira (Rio) sugere várias reflexões. Começando pelo subtítulo: *“Aos 119 anos, diário fluminense passará agora a ter apenas a versão na internet, um recurso para superar os problemas financeiros da empresa”*.

A mesma crise que já atingira a *Gazeta Mercantil* gerou a mudança. Há destaque para *Escritores famosos*, que passaram pela redação do JB: Drummond, Clarice Lispector, Manuel Bandeira e Callado. Eu acrescentaria, acima de todos, Alceu Amoroso Lima, não sei se usando ou não o famoso pseudônimo de Tristão de Athayde. Além de Carlos Chagas, na crônica política.



Faço o registro até por coerência e gratidão. Lendo diariamente jornais de São Paulo (*Última Hora*, na era de Stanislau Ponte Preta; *Jornal da Tarde* e, atualmente, *O Estado de S. Paulo*), uma ou duas vezes por semana, - creio que só uma, no final, - eu saía, às vezes, à noite, até de táxi, para adquirir o JB com a crônica de Alceu. Claro, quando eu ia mais cedo às bancas da Av. Paulista, adquiria logo meu exemplar. O JB sumia logo das bancas.

Talvez fosse, mesmo, o refúgio dos catecúmenos: aqueles que disfarçavam, mas detestavam a ditadura. Só Alceu escrevia texto sem censura. Talvez pela autoridade de ser o único brasileiro integrante do colegiado de assessores do Papa Paulo VI, após o II Concílio Ecumênico, escolhido pessoalmente pelo Pontífice. Talvez porque, entre os próprios militares que trocavam a guarda na presidência da República (assim mesmo, presidência com minúscula, porque não decorrente de eleição), houvesse a convicção de que *aproximação com intelectuais era perda de tempo, pois bastava um: Alceu Amoroso Lima*.

O JB se notabilizou por edições inesquecíveis “da história da imprensa brasileira, principalmente no período da ditadura militar”. Bastaria lembrar a edição de 14/12/1968, data com direito a pancadas na madeira: “Para burlar a censura” o JB publicou em primeira página uma fictícia previsão do tempo: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.” No mesmo exemplar, destaque para uma efeméride: “Ontem foi o Dia dos Cegos”. Não faltaram expedientes parecidos sobre o golpe militar chileno de 1973, igualmente protegido pelos colegas brasileiros.

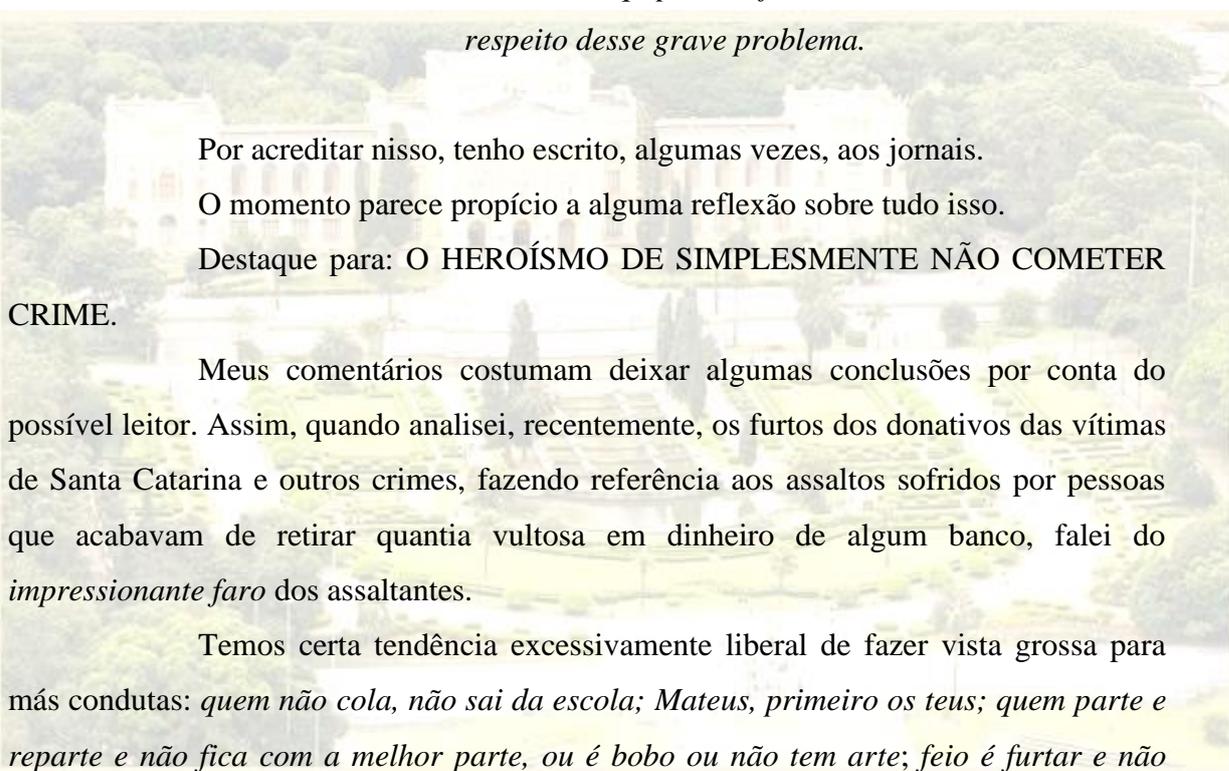
O JB agora só pela internet também sugere a discussão sobre o papel desta. Só a dispersão através de textos banais não interessa. Quase ninguém percebe que isso acaba conduzindo ao indesejável nivelamento da informação: *mensagem da internet, mais um e-mail em circulação* etc. Poderoso veículo da circulação de ideias e reflexões acaba vulgarizando tudo. Não convém esquecer a taxa de analfabetismo funcional: mais de 80% da população de países do terceiro mundo (no primeiro, abatem-se pelo menos os 15% de analfabetismo absoluto, inexistentes por lá).

Há vários anos, o caderno de amenidades de certo jornal publicou matéria apresentando as tatuagens, já na moda da época, como algo inofensivo e facilmente reversível, em cirurgia plástica tranquila. Meu filho Márcio Mendes Gomes me perguntou se os jornais publicariam carta de sua autoria alertando para problema



frequente: candidatos ao cargo de servidores do Corpo de Bombeiros não passariam no exame médico de admissão, se fossem portadores de tatuagens (parece que outras instituições adotavam também o mesmo critério). O Márcio fazia residência no setor de cirurgia plástica do Hospital das Clínicas, da Capital paulista. Sua preocupação se referia ao grande número de crianças queimadas atendidas para cirurgias, sempre prejudicadas pela dispersão do atendimento dos tais candidatos a bombeiros. Entendi, logo, a grande relevância da preocupação dele e respondi:

- Escreva e mande a carta. Se não publicarem, pelo menos a equipe do jornal vai conscientizar-se a respeito desse grave problema.



Por acreditar nisso, tenho escrito, algumas vezes, aos jornais.

O momento parece propício a alguma reflexão sobre tudo isso.

Destaque para: O HEROÍSMO DE SIMPLEMENTE NÃO COMETER CRIME.

Meus comentários costumam deixar algumas conclusões por conta do possível leitor. Assim, quando analisei, recentemente, os furtos dos donativos das vítimas de Santa Catarina e outros crimes, fazendo referência aos assaltos sofridos por pessoas que acabavam de retirar quantia vultosa em dinheiro de algum banco, falei do *impressionante faro* dos assaltantes.

Temos certa tendência excessivamente liberal de fazer vista grossa para más condutas: *quem não cola, não sai da escola; Mateus, primeiro os teus; quem parte e reparte e não fica com a melhor parte, ou é bobo ou não tem arte; feio é furtar e não poder carregar.*

Isso se revela também em atitudes. Como profissional do Direito, trato de tentar explicar que, por força do artigo 169, parágrafo único, n. II, do Código Penal, fica sujeito à pena de detenção, de um mês a um ano, ou multa, “quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro no prazo de 15 (quinze) dias” (cf. carta minha publicada pelo *Jornal da Tarde*, Seção “Pergunta o Leitor”, de 5/11/1993). Há outros crimes que costumam ficar impunes, como o aborto provocado e as lesões de atropelamentos de autoria desconhecida, não se justificando



elogios para quem não os cometa. Nada é mais ilícito do que a conduta prevista como crime.

Quem devolve o achado ao seu dono apenas deixa de cometer crime. Enquanto a imprensa tratar como herói quem cumpre sua obrigação mais simples, aqueles que dispensam os pedestais poderão sentir-se autorizados a embolsar o alheio. E o que ocorre é que, em geral, não se trata de fato que deixe provas. Nos casos de depósitos de quantias em contas bancárias, por equívoco do banco, se o correntista sacar tais quantias, a prova documental será plena. Pois mesmo assim, o correntista é saudado como prodígio de honestidade, por não sacar a quantia alheia da sua conta. Em caso que comentei, recentemente, certo motoboy de Brasília percebeu um envelope com documentos sobre o balcão do banco e o levou para casa. No dia seguinte, quando resolveu devolvê-lo, sua empresa já recebera informação de que a câmera de segurança do banco o identificara. Não era, portanto, caso sem provas e, por sorte, a decisão do motoboy foi de cumprir seu dever. Apesar disso, as pessoas pediram até autógrafo a ele, pelo suposto heroísmo. Meu comentário preferiu salientar a imprudência de levar o envelope com documentos, que se achava no interior do banco, para casa, sem a mesma vigilância de câmeras e com possíveis furtos até de trajeto.

Voltando ao noticiário recente, a TV já enaltecera a família de desabrigados que devolveu quantia vultosa ao dono. O jornal *O Estado de S. Paulo* do dia seguinte, 17/12/08, abaixo de ampla foto da referida família, pôs a manchete: *Família devolve roupa com R\$20 mil*. Subtítulo: “Dinheiro estava, por engano, em casaco doado”. A prova do crime de apropriação indébita estaria longe da situação do correntista mencionada. Mas também se afastava da hipótese de total ausência de testemunhas, câmeras etc.: descobriu-se, logo, “que a roupa veio em uma doação especial. A família do namorado de uma sobrinha, que mora em Blumenau, soube da história da futura parente e, sensibilizada, montou uma remessa com roupas e alimentos. O dinheiro, no entanto, não estava incluído no pacote. O namorado, que preferiu não se identificar, falou que é costume de sua família guardar pequenas economias em roupas pouco usadas”. Tanto não havia dúvida sobre a origem das roupas e do dinheiro guardado numa delas, que foi possível ao agricultor chefe da família favorecida devolver a quantia e até receber pequena parte desta como recompensa.

Para simples reflexão, a atitude de quem devolve a coisa alheia achada se compara à de quem se abstém de levar consigo donativos dos desabrigados. No entanto,



ninguém percebe isso, ao ponto de sequer se cogitar de entrevistar alguns dos voluntários e guardas pelo fato de não tocarem no alheio.

O mesmo número do Estadão divulga: *Em SP, 4 também foram flagrados roubando donativo*. Trata-se de quatro funcionários da Defesa Civil da Prefeitura, apanhados em flagrante “furtando alimentos que seriam encaminhados ao Sul. O furto aconteceu no dia 8, no centro de triagem no Bom Retiro”.

Estou convencido de que as câmeras e filmadoras contribuirão de modo crescente para a conscientização da maioria. Tento sugerir a reflexão sobre tudo isso.

Merecem destaque também as SUPOSTAS VERDADES JAMAIS APURADAS (Fórum dos Leitores, Estadão, 28/7/11 – email).

Há meses, o governador Sergio Cabral, do Rio de Janeiro, em auditório para discussão sobre o aborto, começou sua fala perguntando: *"Quem é aqui que não teve uma namoradinha que teve de praticar aborto?"* .

Tal espécie de pergunta fica sem resposta, pela inibição natural da plateia. E o orador experiente já sabe de antemão que os que discordariam dele guardarão silêncio. Caberia uma pesquisa sobre a questão capaz de apurar a verdade, já que a pergunta do orador permaneceu sem resposta.

Mais recentemente, o ex-presidente Lula afirmou: "oposição é como jogador de futebol no banco (de reservas), que torce para o titular quebrar a perna". No mínimo, os jogadores reservas deveriam ser ouvidos, pois a suposição do conhecido político compromete o caráter de todos eles. Quem tenha um mínimo de solidariedade humana não deseja, para qualquer pessoa, principalmente companheiro de profissão, que sofra tão grave acidente, de que possa resultar não só o impedimento temporário para jogar futebol, mas até a necessidade de uma aposentadoria forçada e prematura por invalidez. A sugestão de pesquisa de tais temas polêmicos vale para os dois casos, assim como para todas as falas análogas de qualquer político ou outros formadores de opinião.

O *Jornal da Tarde* de 4/7/97, em sua seção “São Paulo Pergunta”, publicou a seguinte carta da minha autoria: “A tevê mostrou cena do julgamento de três jovens norte-americanos recebendo condenação de 15 anos de prisão pelo crime de terem subtraído, para sua coleção particular, placa de trânsito sinalizando *Pare (Stop)*. O juiz criminal da Califórnia, diante de súplica das mães, disse que só por serem jovens sem antecedentes não sofreriam a pena de 30 anos, pois a falta da placa fora causa de colisão



de veículo com mortes de três pessoas. Em outros países, entre os quais o Brasil, o fato só acarretaria a pena de seis meses a três anos de detenção e multa.”

Tive pena, sim, do rigor de lá, para onde costumam migrar ou ir fazer turismo, muitos dos nossos jovens. O jovem age por rasgos até de generosidade. Numa dessas, para impressionar alguma garota (entre os condenados da Califórnia, havia uma adolescente), algum jovem pode repetir a façanha: a) achando que, abaixo de 18 anos, está livre de pena; ou (b) que a danificação da sinalização pública não chega a dar cadeia. Não é verdade.

Não posso esquecer o ROBERTO DRUMMOND, colega de jornalismo.

Primeiro a TV, depois os jornais noticiaram o falecimento do escritor e jornalista mineiro autor do livro *Hilda Furacão*, que virou seriado nas telinhas. Atleticano, Drummond produziu a melhor definição do torcedor atleticano, com sua paixão fanática: “Se um atleticano perceber, no arame para secar roupa, uma camisa branca e preta agitada pelo vento, o atleticano torce contra o vento”.

Conheci Roberto Drummond em meados de 1957, em Belo Horizonte, na redação do extinto jornal *Folha de Minas*. Não havia ainda cursos de jornalismo. Estudante do segundo ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, senti atração pelo jornalismo. As oportunidades eram poucas. O caminho começava com alguns meses de prática, *sem remuneração*. Já como aprovação, eu passaria a receber pequena quantia, apelidada de *chilipe* na redação da *Folha de Minas*, único lugar onde ouvi tal palavra. Depois de nomeado, já que esse periódico tinha participação do Governo do Estado de Minas Gerais, seriam regularizados todos os meus direitos trabalhistas. Jornalistas efetivos de que me lembro eram o Célio Horta, o Jorge Malaquias, o Milton Lucca de Paula, o Roberto Caldeira Brant, o Bernardino e o Felipe Drummond, estes dois falecidos há vários anos.

Cabia-me fazer a cobertura do Hospital do Pronto Socorro e do Distrito Policial da Rua Padre Rolim. Eu passava por esses dois lugares à tarde e, após jantar no restaurante estudantil da Faculdade de Direito, à Avenida Afonso Pena, ia até o segundo andar do prédio da *Folha*, na Rua Curitiba, perto do Hotel Gontijo e quase em frente do Cine Art Palácio. As redações de jornais, julgando pela convivência lá, eram animadas, compensando-se as dificuldades financeiras. Não convém esquecer que vários dos jornalistas já efetivados tinham outras profissões, principalmente no funcionalismo público. Podia surgir algum imprevisto. Não havendo, certa noite, outro *repórter*,



acompanhei o fotógrafo, de táxi, até perto da Pampulha, onde acabara de ocorrer trágica colisão de veículos, resultando duas mortes. A máquina do fotógrafo não tinha *flash* em condições normais e tive de segurar um fósforo aceso para iluminar vestígios do desastre fatal.

E o Roberto Drummond? Ele ficava numa sala redigindo suas matérias. Já era efetivo, embora tivesse chegado do interior pouco tempo antes. Muito vermelho, parecia mais jovem do que eu (descobri no noticiário da sua morte que ele era quatro anos mais velho do que eu) e muito *fechado*. Raramente deixava sua sala para bater papo com os colegas de redação. Após alguns meses, tendo que fazer o serviço militar no C. P. O. R., avisei que não poderia continuar, até porque o estágio parecia destinado a durar bastante tempo, já que nem o tal *chilipe* cheguei a receber.

Tenho divulgado críticas ao temor pânico da censura (“Anjos vingadores ou por que não a censura?” *Revista APMP*. v. 37. pp. 42/43). Conforta-me, assim, a seguinte resposta de Sobral Pinto na entrevista a Luiz Carlos Bernardes:

“– *Doutor Sobral, como o senhor tem visto os indícios de retorno da censura?*

– *Ela é indispensável. Nenhuma sociedade bem organizada pode dispensá-la. Ela existe na França e na Inglaterra, por exemplo. Mas aqui ela não é bem constituída.” (p. 170)*

Em razão do julgamento do STF, dispensando o curso de jornalismo para o exercício da profissão de jornalista, enquanto empregado de veículos de comunicação, tramita projeto de emenda constitucional exigindo o diploma do profissional da imprensa.

Por outro lado, em caminho inverso, certo saudosismo sensibiliza mulheres que “querem ter o filho em casa”, o que prestigia as parteiras sobreviventes diante do progresso geral.

O escritor inglês Bernard Shaw produziu a frase que serve de emblema para a liberação geral das profissões: a regulamentação destas seria, para ele, *uma conspiração contra os leigos*.

A matéria não se reduz a frases de efeito momentâneo. Raríssimas individualidades dotadas de inteligência privilegiada ou de tenaz força de vontade superam a falta de orientação.

Contudo, de uma das peças de Bernard Shaw – Pigmalião – foi retirada a peça teatral, que serviria de base para o filme *My fair lady*. Pigmalião, “famoso estatuário da Ilha de Chipre, fez uma belíssima estátua de mármore e por ela se apaixonou. Afrodite, apiedando-se, transformou a estátua em mulher, com quem Pigmalião se casou.” (Ruth Guimarães. *Dicionário da mitologia grega*. São Paulo : Cultrix, 2004). Evidente, aí, a paixão da formação, da promoção humana.

Educar vem do latim e significa tirar para fora da pessoa iletrada a ignorância e as disposições instintivas da maioria. “Por não ser natural no homem, a bondade deve ser cultivada com longos cuidados e contínuos sacrifícios.” (Anatole France)

Para que as cirurgias e as pontes sejam confiáveis, assim como para que as pessoas, especialmente as mais humildes, não sofram nas mãos de advogados improvisados ou pouco conscientes de seus deveres éticos, a regulamentação profissional se mostra indispensável. A nostalgia de tempos passados não mais permite a improvisação e insegurança de leigos atuando no campo da saúde, como aconteceria com as parteiras. Vivi essa realidade, nasci, como meus irmãos espinosenses, nas mãos de parteira iletrada e prefiro não confiar muito em milagres (cf. meu livro *Espinosa, anos 40 – Depoimento de um menino curioso*. São Paulo : 1997, especialmente no capítulo “Esporte e saúde”, as pp. 92/95)

A propósito dos jornalistas, algumas leituras contribuiriam para o debate. Entre as mais recentes, inclui-se o livro *O desatino da rapaziada* (Humberto Werneck. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012). Concentrando-se na primeira metade do século XX, o ambiente dos jornais mineiros revela até grandes poetas e prosadores, entre os quais Eduardo Frieiro, descendente de imigrantes espanhóis, que só contava curso primário e que chegou a lecionar na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Existe, porém, grande credibilidade do público, principalmente em face dos veículos de comunicação mais populares. Estes noticiam tudo: economia, saúde, matérias jurídicas, para só destacar algumas, em que o jornalista, mesmo diplomado, não

dispõe de conhecimentos para transmitir segurança em suas informações. São generalistas, quer dizer, especialistas no geral.

Por outro lado, a livre manifestação do pensamento constitui garantia constitucional, proibindo-se o anonimato e a condenável invasão da privacidade das pessoas (artigo 5º, IV, da Constituição de 1988).

Já surgiu a questão da *inconstitucionalidade da norma constitucional*, tema, sem dúvida, bem profundo. Em princípio, a Constituição, com suas Emendas Constitucionais, frequentes no Brasil, deve formar um conjunto harmonioso. A tal ponto que o artigo 60, § 4º, inciso IV, prevê: *Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir... os direitos e garantias individuais.*

Logo, se a Constituição prevê a livre manifestação do pensamento como garantia constitucional, sequer se admite a votação de proposta para sua supressão.

Em Suplemento Literário de novembro de 2010, lê-se: “*Houve uma carta... de uma editora de São Paulo... Mandei um livro de poemas para lá – que até hoje está inédito – e a editora me respondeu o seguinte:*

“Não discutimos a qualidade de sua poesia. Discutimos se vende ou se não vende. Como se trata de poesia... destinada a público mínimo, e como se trata de uma poesia refinada ... não temos como publicar o seu livro” (Libério Neves, p. 5)

Acreditei no que li porque já estava vacinado contra ilusões e idealismo no ramo editorial.

A matéria trazida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 4/9/2010, no editorial assinado por A. P. Quartim de Moraes, sob o título “No reino dos best-sellers”, confirmava algumas suspeitas: *Desinteresse comercial das nossas editoras condena ao estiolamento a literatura brasileira* — é seguida, no texto, pela observação: *Não tem como evoluir uma literatura que não é publicada.*

Tudo começa nos best-sellers do jornal *The New York Times*, com reflexo conferido pelo editorialista citado no Sabático, do próprio *Estadão*, e na revista *Veja*.

O texto prossegue: “desde que meia dúzia de grandes corporações multinacionais passou a dominar, nos últimos 30 anos, o negócio da comunicação no



planeta, absorvendo nos conglomerados as mais importantes editoras europeias e norte-americanas, os conteúdos literários passaram a ser nivelados por baixo, partindo do princípio tolo de que para aumentar o número de consumidores de livros é necessário publicar obras ‘ao alcance’ da maioria”.

Daí resultaria a defesa do extremo oposto, que corresponderia à “elitização dos conteúdos” ou à exclusiva publicação do “biscoito fino”, da expressão de Oswald de Andrade? Tal missão, cada vez mais, aqui e em qualquer parte, “tem recaído sobre os ombros das pequenas editoras independentes, das casas publicadoras universitárias, daquelas mantidas por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos”.

Outros problemas o poeta Libério Neves tem enfrentado, há muito tempo.

Em 1972, ele foi premiado e informa: “Na solenidade de entrega do prêmio Cidade de Belo Horizonte, na hora em que eles me chamaram ao palco para entregar o prêmio, o funcionário da prefeitura me entregou o envelope e me disse apenas: ‘Você está recebendo só o envelope. Amanhã você vai à prefeitura para receber o seu cheque’.”

Foi um custo para o Libério receber seu prêmio.

Outra informação dele:

“Na época da Revolução, todo livro que ganhava prêmio de instituição pública era encaminhado para Brasília. Tinha que passar por um filtro deles lá. Uma censura para saber se o autor poderia receber o prêmio e se o livro poderia futuramente ser divulgado.”

Entre os colegas da Geração 60, o Libério cita os nomes do Pierre Santos e do Allan Viggiano. O Álvaro Apocalipse assinou “a bela capa” do livro *O Ermo*, de 1968, do nosso colega. Entre suas boas companhias estava o poeta Emílio Moura. Correspondência variada: Carlos Drummond de Andrade, Silviano Santiago, Henriqueta Lisboa, Oswaldo França Júnior, José Paulo Paes, Affonso Ávila, Dantas Motta. Não faltam outras entrevistas, além de estudos críticos de Fábio Lucas e Fritz Teixeira de Salles, além de outros. Entre aquelas, a intitulada “Garimpeiro da palavra”, por mim citada no artigo “A Geração 60, a literatura e outras artes” (*Geração 60*. Belo Horizonte : Del Rey, 2010. p. 85).



Não faltam diversos versos do nosso caro poeta.

O FALSO ENGENHEIRO DA CRATERA DA ESTAÇÃO DE METRÔ, manchete dos jornais paulistanos. 2007 começou com chuvas pesadas, as tais “enchentes monstras” do texto “Minas Gerais”, de Guimarães Rosa; com o desabamento da superfície que cobria a futura Estação de Metrô de Pinheiros, na Capital paulista e com o PAC, o tal plano para aceleração do crescimento proposto pelo governo federal.

Culpas, responsabilidades, número de vítimas soterradas, veículos etc., a rigor, tema estadual, se não municipal, ganha o noticiário nacional e até internacional. Repórteres de TV povoam as imediações, com entrevistas, na frente da cratera, de dezenas de metros de diâmetro e algumas de profundidade. O engenheiro Almeida chegou a se destacar por suas declarações transmitidas aos telespectadores.

Não demorou, porém, a ser preso. Talvez seu maior erro não tenha sido declarar-se engenheiro, mas *engenheiro militar do Exército*. A instituição se apressou em averiguar que o tal Almeida não é servidor público, nem engenheiro formado (*O Estado de S. Paulo*. 20/1/2007). O episódio serve para avaliar os critérios dos jornalistas em suas pesquisas. Basta alguém ter a *pinta* de engenheiro para logo ser admitido a opinar sobre assuntos especializados.

A propósito, não convém esquecer antiga anedota sobre o aluno de ciências que não ia muito bem das pernas nos exames. Tendo de distinguir o sapo macho da fêmea, ele hesitou um pouco, mas logo apontou o macho. O examinador perguntou a razão da escolha feita. O aluno respondeu: *olhe só o jeitão dele*. Assim, nem sempre é o célebre jeitinho que salva a lavoura.

E cabe maior meditação a respeito. De lado o nosso sincretismo religioso, com as rezas católicas, o candomblé e outras crenças misturadas, mostra-se oportuno lembrar as romarias ecumênicas a Congonhas, no tempo do Zé Arigó, que recebia o espírito do cientista Dr. Fritz e fazia arriscadas cirurgias a canivete durante os transes.

Daí para outras escolhas vai distância pequena. No meu livro, *Espinosa, anos 40 –Depoimento de um menino curioso*, além de recordar as parteiras leigas e até analfabetas, eu relembro que, quando “Promotor de Justiça em Minas Gerais, no começo dos anos 60, em duas comarcas de início da carreira, tive a oportunidade de observar a sobrevivência de dentista leigo ou prático. E com prestígio maior do que o de algum odontólogo formado que, certamente pelos naturais laços familiares e pelas relações que se formam nas cidades menores, deixavam de pleitear as providências legais cabíveis



contra tais profissionais em situação irregular. Principalmente aquelas previstas no Código Penal, como exercício ilegal da profissão sanitária”.

Daí, também, certa reserva com o sistema eletivo. Relembrando Churchill, ninguém discorda de que a democracia representativa é o pior sistema de governo, fora todos os demais sistemas. Mas a experiência tem demonstrado seus graves defeitos e contradições, assim como sua inadequação, por exemplo, para a escolha de juízes e promotores de justiça. Pobre do acusado cujo julgamento dependa das manobras eleitorais do órgão de acusação penal e, ainda pior, do juiz.

No estrito terreno dos cargos representativos, do executivo e do legislativo, temos visto contradições absurdas. Em Minas Gerais, nas eleições de 1946, o grande lutador pelo Estado de Direito, Luís Camillo de Oliveira Netto candidatou-se ao cargo de deputado federal. De nada lhe valeu a total dedicação à elaboração do chamado *Manifesto dos Mineiros*, em 1943. Nenhuma valia houve para a perseguição contra ele dirigida pelo ditador do estado novo. Nada adiantou seu empenho na articulação das forças de oposição à ditadura de 1937/1945. Nem mesmo sua participação decisiva na famosa entrevista de José Américo ao jornalista Carlos Lacerda, estopim da queda do ditador serviu para algo. Como bem afirmou Augusto Frederico Schmidt, Luís Camillo Netto: “viu-se preterido por muita gente que comparecia ao pleito sem mais aquela, nomes e figuras de pouca saliência” (cf. meu discurso sob o título “Luís Camillo de Oliveira Netto: centenário de um lutador pelo Estado de Direito (2004)”. *Revista Forense*. v. 373. p. 392).

Então as escolhas equivocadas, tantas vezes com expressiva votação, vêm confirmar o aspecto temível do sistema eletivo. Insisto em que não se prega a sua revogação, mas aperfeiçoamentos que não desfigurem a escolha do eleitorado. E todos nós eleitores fazemos parte desse eleitorado. Devemos meditar muito quando votamos, para o árduo aperfeiçoamento das nossas instituições políticas.

Há vários anos, o enfermeiro de certo clube esportivo paulistano fazia pequenas cirurgias na enfermaria em que trabalhava. Aproveitava para isso a hora de almoço e se dedicava, principalmente, a circuncisão de servidores do clube. Certa tarde, o paciente sofreu hemorragia. Com suas presumíveis limitações, o enfermeiro limitou-se a mandar a vítima para casa. Como não cessasse a hemorragia, um veículo policial socorreu o rapaz. Naturalmente, logo descobriram tudo. Fora os problemas criminais, o enfermeiro perdeu imediatamente seu emprego. A situação sugere os acidentes com as



fazedoras de anjos, também incapazes de estancar as frequentes hemorragias do seu ofício.

Por enquanto, também deixemos de escolher mal o (falso) engenheiro para ser entrevistado, como outras notórias escolhas resultantes da mesma teimosia irracional que tanto mal tem feito ao nosso país.

NEONAZISTAS TINHAM MANUAL DE INSTRUÇÃO PARA HOMICIDAS: FBI. O título original - NEO-NAZI HAD HOW-TO FOR ASSASSINS: FBI - era manchete do jornal National Post do Canadá, em 23/12/2008. Dois subtítulos: “Preso durante a busca” e “Acusado de planejar o assassinato do advogado de Ottawa”.

A matéria vinha assinada por Stewart Bell. Salvo trechos que mereçam destaque, até no original, tentarei uma adaptação da reportagem ao português.

Agentes do FBI localizaram um manual de instruções para assassinos, quando fizeram busca no apartamento do neonazista norte-americano acusado de ameaçar de morte um advogado de Ottawa, conforme documentação.

O livro *Hit Man: A Technical Manual for Independent Contractors* (ou *Pistoleiro: Manual Técnico para Matadores de Aluguel independentes*), foi apreendido durante a busca autorizada pelo juiz, em 17/10/2008, no apartamento de Bill White, em Roanoke, Va., afirma o relatório do FBI.

O *Grand Jury* indiciou o Sr. White em 11/12/08 por ameaças a cinco pessoas, entre as quais o canadense Richard Warman, “*cuja campanha contra o discurso de ódio na internet deixou os extremistas de direita enraivecidos*”. O sr. White comanda o ultradireitista Partido Americano Nacional Socialista de Trabalhadores e escreveu “*Matem Richard Warman*”, em seu *site*, com o endereço do advogado. Este deveria ser abatido a tiros, por ser “*inimigo, não somente da raça branca, mas de toda a humanidade*”. O sr. White negou as ameaças. As investigações federais no Estado de Virgínia resultaram na apreensão de computadores, arquivos sobre outros “*supremacistas*”, carta sobre o escritor judeu Elie Wiesel e cópia do *Hit Man*, “retirado



de circulação há uma década, depois que um homem matou três pessoas em Maryland e alegou ter usado o livro como manual de instrução”.

Segundo o prefácio desse manual, *“nas páginas dele você aprenderá métodos de pleno êxito usados por um pistoleiro independente (...) Passo a passo, você seguirá da seleção do equipamento à preparação da tarefa e ao sucesso na conclusão desta”*.

Depois de anunciar as acusações, a Promotora de Justiça dos EUA Julia Dudley disse que o sr. White tinha o direito de livre manifestação do seu pensamento mas *“ele não possui o direito de ameaçar, injuriar, intimidar ou extorquir gente inocente”*.

Durante as buscas, o FBI também apreendeu um disco intitulado “Liberte o Dr. Matt Hale”. O sr. White foi acusado de publicar o endereço residencial do primeiro jurado de um júri de Chicago, que condenou o sr. Hale, um supremacista branco.

Voltando ao Brasil, depois da festa da Adidas, em casa alugada com decoração neonazista (*O Estado de São Paulo*, 26/5/09: *“Suásticas em festa da Adidas causam polêmica”*), o mesmo jornal, em 30/5/09 trazia outra manchete: *“Quatro são indiciados por crime de ódio e divulgação de nazismo em Minas”*.

Eduardo Kattah assina o texto que fala da operação da Polícia Federal em Belo Horizonte e Região Metropolitana, para combater uma “célula” do “movimento neonazista brasileiro”. A atuação policial decorreu de mandados de busca e apreensão de “material com conteúdo racista e nazista”. Quatro jovens, que não tiveram seus nomes divulgados, passaram a responder pela “prática de crime de ódio e divulgação de conteúdo racista e neonazista pela internet”, cuja pena pode chegar a cinco anos de prisão e multa.

A Polícia Federal ligou o grupo à “organização paranaense desarticulada recentemente pela polícia e que defendia o surgimento de uma nação amparada em preceitos do nazismo”. Os acusados mineiros, segundo a Polícia Federal, tinham “ligação entre si e mantinham uma comunidade no Orkut”. Através da página, conforme o delegado Marinho da Silva Rezende, os jovens pregavam a “supremacia branca” e divulgavam mensagens de preconceito e ofensas contra negros e judeus.

Fora aberto inquérito seis meses antes, após informações sobre os fatos. A 9ª Vara Federal de Belo Horizonte deferiu a quebra de sigilo da comunidade virtual, que já contava mais de dois mil acessos: “Conseguimos rastreá-los e verificamos ampla ligação com aquele crime do Paraná”, afirmou o delegado, fazendo referência “ao



assassinato, durante festa em comemoração ao aniversário de Adolf Hitler, de Bernardo Dayrell Pedroso, de 24 anos, e de Renata Waeschter Ferreira, de 21, no dia 21 de abril, em Quatro Barras”.

Na residência dos acusados, a Polícia Federal apreendeu “o HD de cinco computadores, revistas, livros, textos, CDs de música e material de divulgação neonazista”. Lamente-se que, depois do depoimento e do indiciamento na Polícia Federal, os indiciados tenham sido liberados. Diferentemente da Alemanha, onde existe a rigorosa máxima de *nenhuma liberdade aos inimigos da liberdade* (segundo a doutrina constitucional, *keine Freiheit den Feinden der Freiheit*), aqui eles continuam em liberdade.

Não se trata de certos indivíduos que, no meio de uma conversa, começam com frases como “esse negócio de holocausto já encheu”, ou “o diabo não é tão feio como se pinta” (evitei aí a referência ao Führer, certamente beneficiado pelo eufemismo). Existe organização, mesmo, com gráficas, livros, revistas, material de informática etc. E não se trata de fatos isolados.

De resto, bastaria relembrar a tragédia do nazismo para verificar-se o terror de que seus adeptos são capazes.

Incluo certo “rugido de melancolia”. Dentro da idéia de divulgar temas que possam gerar reflexões, traduzo e comento o artigo “A long, melancholy roar”, de Olivia Judson, no *The Global Edition of the New York Times*, de 16/10/2009. Tudo começou quando a autora citada ouviu, no Regent’s Park de Londres, o rugido de um leão do zoo. Ela logo passou a pensar nos predadores e em nós.

De volta à sua casa, ela andou lendo e descobriu que, de 1990 a 2004, leões atacaram 815 pessoas na Tanzânia, matando 563. Algumas vítimas foram arrancadas da sua cama durante o repouso noturno. Entre janeiro de 2000 e março de 2004, crocodilos da Namíbia atacaram 35 pessoas, matando 23. Entre janeiro de 2005 e outubro de 2007, leopardos indianos de Kashmir avançaram sobre 18, matando 16. Se a gente procurar, certamente encontrará vítimas de ursos, onças, tubarões e outros bichos. Judson, mulher de sorriso meigo, acha difícil imaginar o terror de todas essas vítimas, especialmente aquelas adormecidas, que acordam agarradas e dilaceradas pelas feras.

Ela logo conduz sua reflexão para o mundo dos micróbios, nossos inimigos antigos, agora bem mais temíveis do que as feras mencionadas. Basta comparar: HIV/AIDS causaram dois milhões de mortes pelo mundo, só em 2007; tuberculose veio



logo em seguida, com mais de 1.700.000 vítimas fatais. No ano anterior, a malária enterrara quase um milhão. Assim, devíamos temer bem mais os mosquitos do que as feras, mas isso não acontece.

Por que não? Judson atribui ao modo como nossos cérebros funcionam. A visão superficial, como entre os pequenos animais e seus predadores, reside na maior evidência do perigo, no caso das feras. Afinal, a febre decorrente da infecção pelo mosquito não acontece logo depois da picada sofrida. Tanto assim que a relação entre a malária e o ataque do mosquito só se estabeleceu em 1897. Bem antes, nossos antepassados percebiam a causa da morte pelos predadores. Para a vida humana em grupos, certamente contribuiu a defesa contra predadores.

Mais recentemente, contudo, a causa mais comum da morte de ser humano por um mamífero é atribuída a outro ser humano. Homicídio e guerra têm sido há muito a causa mais importante da morte humana.

Explicam-se tantas fortificações defensivas na Romênia, pinturas de torturas e martírios; na Transilvânia, as igrejas eram fortificadas para suportar cercos. Na Índia, no sul da França, todos se defendendo de ataques. Nós temos sido o 5º mais temível predador nosso, por milhares de anos.

Entre os animais, Judson lembra casos raros em que leões agridem outros leões, o mesmo ocorrendo com outras espécies. Não ficou, porém, tentada a repetir a velha frase: *o homem é o lobo do homem*, embora seu raciocínio conduza a tal conclusão. A propósito da frase há pouco citada, tradução do provérbio latino *homo homini lupus* (Paulo Rónai. *Não perca o seu latim*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 81), Millôr preferiu “o lobo é o homem do lobo” (Paulo Rónai. *Dicionário Universal de Citações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 575). Na ferocidade, às vezes decorrente de mera escolha ideológica, o homem, infelizmente, supera qualquer outro ser criado. Mais rara se mostra a sanidade e, ainda mais, a santidade.

A comentarista guarda sua revelação maior para o final: “Hoje, em muitas partes do mundo, o ser humano que provavelmente causará a sua morte violenta é você”.

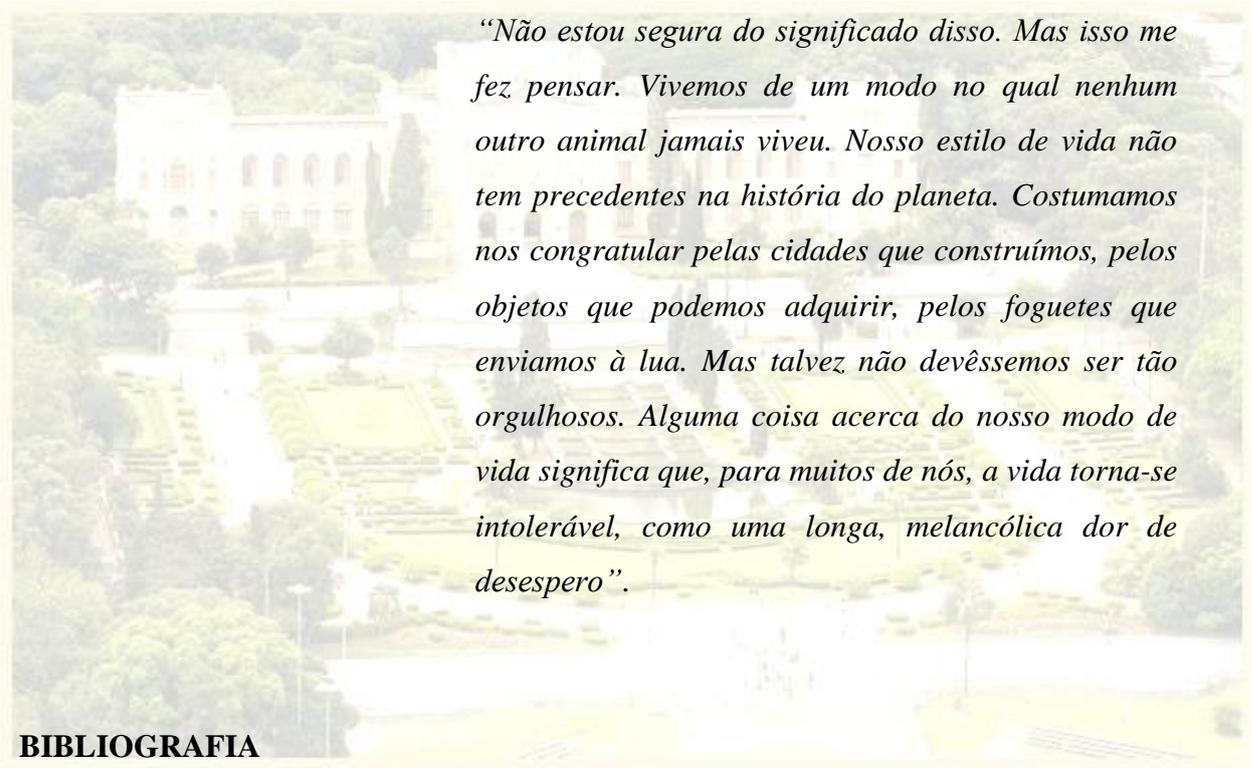
Sim, você é, segundo Judson, a “*pessoa que mais provavelmente matará você violenta e intencionalmente*”. As taxas de suicídio elevaram-se assustadoramente, nos últimos 50 anos. Os números de atentados fatais contra a própria vida superam os das mortes causadas por homicídio ou guerra juntos. A Organização Mundial da Saúde calcula que em cada ano ocorra cerca de um milhão de suicídios, principalmente de

homens. Em vários países, incluem-se entre as dez principais causas de morte. Para os jovens, entre as cinco.

Gigantescos esforços têm sido feitos para tentar entender as causas particulares de suicídios em diferentes lugares – desemprego, drogas, rompimentos amorosos, predisposição de genes, “aquilo que sua mãe comia enquanto você ainda se encontrava no útero etc.”

Há outro modo de ver isso: nenhum outro animal pratica o suicídio, forma de “*conduta essencialmente humana*”, que “*atingiu níveis sem precedentes, especialmente entre os jovens*”.

Judson conclui:



“Não estou segura do significado disso. Mas isso me fez pensar. Vivemos de um modo no qual nenhum outro animal jamais viveu. Nosso estilo de vida não tem precedentes na história do planeta. Costumamos nos congratular pelas cidades que construímos, pelos objetos que podemos adquirir, pelos foguetes que enviamos à lua. Mas talvez não devêssemos ser tão orgulhosos. Alguma coisa acerca do nosso modo de vida significa que, para muitos de nós, a vida torna-se intolerável, como uma longa, melancólica dor de desespero”.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, SÉRGIO. Os aprendizes do Poder: O bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: EDUSP, 2019.

ARIEFF, Allison at al. The future of public space. New York: Som thinkers, 2017.

VVAA. Dimensions of Citizenship. Los Angeles: Inventory Press, 2018.